

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



2

Atena
Editora
Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



2

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D452 (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-343-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.436210308>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva Filho, Valdemiro Carlos dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**(Des)Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: INVESTIGAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Aline Marcelino dos Santos Silva Baptista

Fermín Alfredo Tang Montané

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103081>

CAPÍTULO 2..... 18

PENSAMENTO COMPUTACIONAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM INTERDISCIPLINAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Blenda Siqueira

Leandra dos Santos

Eliel Constantino da Silva

Sueli Liberatti Javaroni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103082>

CAPÍTULO 3..... 29

SURDEZ, MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À INFORMAÇÃO

Vanessa Cristina Alves

Simone Gardes Dombroski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103083>

CAPÍTULO 4..... 44

AVALIAR E/OU CORRIGIR: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL PARA A AVALIAÇÃO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Higor Everson Araujo Pifano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103084>

CAPÍTULO 5..... 56

REVISÃO DE LITERATURA: O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Cristiane Michele Alves de Oliveira

Priscila Nishizaki Borba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103085>

CAPÍTULO 6..... 66

ESTUDO SOBRE GESTÃO E EAD EM TESES E DISSERTAÇÕES NO INTERVALO DE TEMPO DE 1991 A 2016

Inajara de Salles Viana Neves

Juliana Cordeiro Soares Branco

Eliane Aparecida Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103086>

CAPÍTULO 7..... 76

A SUSPENSÃO DA EDUCAÇÃO CRÍTICA NO ESTADO DE EXCEÇÃO

Ingride Cruz da Silva
José Henrique Santos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103087>

CAPÍTULO 8..... 84

DIDACTIC PROTOTYPE INNOVATION, TO ADDRESS THE TOPICS THAT CHEMISTRY (QUANTUM NUMBERS, ELECTRONIC CONFIGURATION, ENERGETIC DIAGRAM, DIFFERENTIAL ELECTRON, KERNEL METHOD, CHEMICAL BONDS AND PERIODIC TABLE OF CHEMICAL ELEMENTS)

Juan Gabriel Adame Acosta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103088>

CAPÍTULO 9..... 94

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR NESTE MOMENTO DE PANDEMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PERTINENTES

Solange Melo Gomes Macêdo
Anilton Salles Garcia
Eliana Bayerl Moreira Bahiense
Gerliana Bastos Livramento
Kêmeron Chagas dos Reis Almeida
Isabella Oliveira Serafini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103089>

CAPÍTULO 10..... 102

REGISTROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Lenina Lopes Soares Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030810>

CAPÍTULO 11..... 110

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Fernanda Cristina Zimmermann Dorne
Sueli Ribeiro Comar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030811>

CAPÍTULO 12..... 122

PLANEJAMENTO COLETIVO: CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PRÁTICA DOCENTE

Fabiana Muniz Mello Félix
Roseli Ferreira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030812>

CAPÍTULO 13..... 134

APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS COMO FERRAMENTAS MEDIADORAS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ulisses José Raminelli

Moacir Pereira de Souza Filho

Carla Melissa de Paulo Raminelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030813>

CAPÍTULO 14..... 145

OS MEIOS DIGITAIS COMO ALIADOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DOS ALUNOS DURANTE A PANDEMIA

Karina Aparecida Magalhães

Ducelene Pioli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030814>

CAPÍTULO 15..... 149

OS SABERES E OS CONHECIMENTOS DISCENTES PRESENTES NOS VARIADOS DISCURSOS EM MEIO À CRISE DE VALORES E ÀS MODERNAS MÍDIAS DIGITAIS: INSERÇÃO, LIBERDADE E ENVOLVIMENTO

Moacir dos Santos da Silva

Sérgio Arruda de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030815>

CAPÍTULO 16..... 163

EXPOQUÍMICA INTERATIVA NO ANO INTERNACIONAL DA TABELA PERIÓDICA

Débora Melo Lopes

Vitória Cristina Pereira de Oliveira Silva

Richard Matheus Nascimento dos Santos

Monique Gabriella Angelo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030816>

CAPÍTULO 17..... 173

O CELULAR COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DA GEOGRAFIA: UMA PERCEÇÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO EM GRAJAÚ-MA

Luciene Coelho Gomes

José Luis dos Santos Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030817>

CAPÍTULO 18..... 180

A PERCEÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS EM RELAÇÃO À LUDICIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Naiane Pertuzzatti

Alessandra Dalla Rosa da Veiga

Bruna Rigon Gevinski

Maiara Cristina Baratieri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030818>

CAPÍTULO 19..... 189

PROJETO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Shery Duque Pinheiro
Alessandra Rosária Barros Pinheiro
Vanderson Sizino Menezes
Sônia Isolina da Rocha
Henrique Menandro
Gunnar Sotero Ferreira Gomes
Adilnita Nascimento de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030819>

CAPÍTULO 20..... 197

MODELO PEDAGÓGICO BASEADO EM PROJETOS: UM MVP NO ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO

Priscila Praxedes-Garcia
Francisco Felinto-Silva Jr

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030820>

CAPÍTULO 21..... 205

COMPREENSÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E PROPOSTA DE ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM SOBRE CARACTERÍSTICAS DOS SERES VIVOS

Milena Bagetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030821>

CAPÍTULO 22..... 210

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PSICOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA OFICINA DE SEXUALIDADE E GÊNERO

Caroline Matos Chaves da Silva
Barbara Yumi Brandão Sakane
Hemilly Rayanne Correa da Silva
Jaqueline Batista de Oliveira Costa
Julia Maria Schmalz Martins
Maria Carolina Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030822>

CAPÍTULO 23..... 220

MANIPULAÇÃO DE FEIXES DE ELÉTRONS: REVISITANDO O MRUV

Telma Vinhas Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030823>

CAPÍTULO 24..... 230

EMPREENDER APLICANDO A ECONOMIA CRIATIVA E A SUSTENTABILIDADE NO COMPONENTE GESTÃO DE PESSOAS

Carine Cimorelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030824>

CAPÍTULO 25.....	237
AFETIVIDADE NA EAD E SUAS POSSIBILIDADES NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Sabrina Lopes de Lima Barbosa	
Arlene Pereira dos Santos Faria	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030825	
SOBRE OS ORGANIZADORES	248
ÍNDICE REMISSIVO.....	249

CAPÍTULO 3

SURDEZ, MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À INFORMAÇÃO

Data de aceite: 27/07/2021

Data de submissão: 13/05/2021

Vanessa Cristina Alves

Professora Efetiva na Secretária Municipal de Educação de Cuiabá-MT atuando na sala de recurso multifuncional
<http://lattes.cnpq.br/0801068287848846>

Simone Gardes Dombroski

Professora efetiva na Secretaria Estadual de MT, atuando no ensino regular e efetiva na Secretaria Municipal de Cuiabá-MT atuando na Sala de Recurso Multifuncional
<http://lattes.cnpq.br/6033630854739629>

RESUMO: A falta de professores especializados, tradutores e intérpretes de libras, cursos de capacitação em Libras em diferentes áreas e a dificuldade de acesso à informação diariamente, trouxe reflexões sobre o universo que envolve o sujeito surdo. Pergunta-se como é possível o acesso à informação e ao conhecimento sobre direitos humanos se a falta de conhecimento da Libras ainda é uma barreira para a comunicação. Movida por essa questão, tendo em vista a relevância de uma educação pautada nos direitos humanos, em especial para grupos e pessoas socialmente discriminados, buscou-se investigar como se deu o acesso à informação sobre os direitos humanos numa comunidade surda. Para responder à questão central desse estudo fez-se necessário contextualizar historicamente a trajetória de lutas e desafios vividos pelos surdos

ao longo do tempo por meio de um histórico da educação de surdos destacando também algumas conquistas dos movimentos sociais de surdos, nas últimas décadas. Tendo em vista a natureza e os limites dessa pesquisa, foi realizado um questionário fechado e dicotômico como instrumento de pesquisa. Portanto, o presente estudo teve o objetivo central de investigar o acesso à informação sobre direitos humanos por sujeitos surdos numa dada realidade. Os resultados apontaram a importância do bilinguismo e das associações de surdos nesse processo, bem como a necessidade de incluir o tema dos direitos humanos no currículo escolar e a produção de material sobre a temática para a comunidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos e Cidadania. Educação de Surdos. Movimentos sociais surdos.

DEAFNESS, DEAF SOCIAL MOVEMENTS AND HUMAN RIGHTS: A STUDY ON ACCESS TO INFORMATION

ABSTRACT: The lack of specialized teachers, translators and interpreters of pounds, training courses in Brazilian Sign Language, Libras, in different areas and the difficulty of access to information daily, brought reflections on the universe that involves the deaf subject. One wonders how it is possible to access information and knowledge about human rights if Libras' lack of knowledge is still a barrier to communication. Moved by this issue, in view of the relevance of an education based on human rights, especially for groups and people socially discriminated,

we sought to investigate how access to information on human rights was given in a deaf community. To answer the central question of this study it was necessary to contextualize historically the trajectory of struggles and challenges experienced by the deaf over time through a history of deaf education also highlighting some achievements of deaf social movements in recent decades. Considering the nature and limits of this research, a closed and dichotomous questionnaire was performed as a research instrument. Therefore, the present study had the central objective of investigating the access to information on human rights by deaf subjects in a given reality. The results pointed out the importance of bilingualism and deaf associations in this process, as well as the need to include the theme of human rights in the school curriculum and the production of material on the theme for the deaf community.

KEYWORDS: Human Rights and Citizenship. Deaf Education. Deaf social movements.

1 | INTRODUÇÃO

A falta de professores especializados, tradutores e intérpretes de libras, cursos de capacitação em Libras em diferentes áreas e a dificuldade de acesso à informação diariamente, trouxe reflexões sobre o universo que envolve o sujeito surdo. Perguntou-se como é possível o acesso à informação e ao conhecimento sobre direitos humanos se a falta de conhecimento da Libras ainda é uma barreira para a comunicação?

Movida por essa questão, tendo em vista a relevância de uma educação pautada nos direitos humanos, em especial para grupos e pessoas socialmente discriminados, buscou-se investigar como deu-se o acesso à informação sobre os direitos humanos numa comunidade surda.

Considerando os direitos humanos como o reconhecimento do “outro” e o papel da educação nesse processo, nesse trabalho orienta-se um olhar para o acesso à informação tendo em vista que conhecer bases teóricas sobre a surdez e os direitos humanos é condição fundamental para tal.

Portanto, o presente estudo teve o objetivo central de investigar o acesso à informação sobre direitos humanos por sujeitos surdos numa dada realidade. Os resultados apontaram a importância do bilinguismo e das associações de surdos nesse processo, bem como a necessidade de incluir o tema dos direitos humanos no currículo escolar e a produção de material sobre a temática para a comunidade surda.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Breve Histórico da Educação de Surdos

Para responder à questão central desse estudo sobre o acesso à informação em um determinada comunidade surda, faz-se necessário contextualizar historicamente a trajetória de lutas e desafios vividos pelos surdos ao longo do tempo.

Nesse sentido, apresenta-se um histórico da educação de surdos e destacando

algumas conquistas dos movimentos sociais de surdos, nas últimas décadas.

“Em diversos períodos da história os Surdos foram colocados à margem do mundo econômico, social, cultural, educacional e político, sendo considerados deficientes incapazes e desapropriados de seus direitos e da possibilidade de escolhas”. (MESERLIAN; VITALIANO, 2009, p. 3737).

Os primeiros registros contrários a essa epígrafe, datam do século XVI, a partir dos estudos do médico italiano Gerolamo Cardano sobre a habilidade de raciocínio e a capacidade das pessoas surdas para *aprender a escrever e expressar seus sentimentos* (JANNUZZI, 2004, p.31 apud MESERLIAN; VITALIANO, 2009, p. 3737).

Ainda nesse século, surge a figura do monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), reconhecido como o primeiro professor de surdos. O ensino da língua articulada era destinada apenas aos filhos surdos de ricos e nobres que deveriam ter conhecimento para administrar os bens da família. (JANNUZZI, 2006, p.30).

Com base em Rocha (2007), o século XVIII, na Europa, traz contribuições importantes para a educação de surdos.

Inicialmente, destaca-se a figura do abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789), que, em 1755, funda a primeira escola pública de surdos no mundo. (PEDREIRA, 2006:p.59).

A partir da observação de grupos de surdos, L'Épée verificou que desenvolviam uma comunicação satisfatória por meio do canal visual-gestual. Nesse sentido, fez uso dos sinais utilizados pelos surdos e criou outros, denominados de sinais metódicos, para auxiliar no ensino da linguagem escrita. (LACERDA **apud** MESERLIAN; VITALIANO 2009: p.3739).

Dois anos após a sua morte, em 1791, sua escola deu origem ao Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris, atual Instituto de Jovens Surdos de Paris. (**ibid.**:3739).

Em oposição ao método pedagógico de L'Épée, destaca-se a atuação do professor alemão Heinicke (1729-1790) e do médico francês Jean Marc Itard (1755-1838). Ambos defendiam o método oral, ou seja, o uso da comunicação oral na educação de surdos. (PEDREIRA, 2006 p.59).

Observa-se, assim, que a polêmica entre oralistas e defensores do uso da língua de sinais tem sua origem no século XVIII. (**Id.**, 2006: p. 59).

Segundo Pedreira (2006), apesar das críticas, L'Épée influenciou outros países. Em 1817, o professor norte-americano Thomas Gallaudet (1787-1851) volta de sua viagem à Paris acompanhado do Professor Surdo Laurent Clerc (1785-1869) e funda um asilo Americano para Surdos, transformada. Posteriormente na primeira escola pública para surdos nos EUA. Em 1864, foi criada a primeira universidade para surdos, na cidade Washington, a universidade de Gallaudet, uma referência para os surdos até hoje.

Em 1857, D. Pedro II convida o professor francês surdo Ernest Huet, e funda, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto para Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de

Surdos (INES). (MONTEIRO, 2006:p.296).

Segundo Monteiro (2006), fruto de uma mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, tem origem no INES, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Outro acontecimento marcante da história da educação de surdos no século XIX foi a realização do II Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão, em 1880. (PEDREIRA, 2006 p.61).

Esse congresso ao considerar o método oral superior aos demais e proibir, oficialmente, o uso da Língua, tornou-se um marco na história da educação surdos. (Ibid:p.61).

Progressivamente, com o fortalecimento do método oral, observa-se o “desaparecimento dos professores surdos, a marginalização da língua de sinais e o isolamento da comunidades surda”. (PEDREIRA, 2006, p. 61).

Nesse processo de desvalorização da língua de sinais, a visão médico-clínica ganha um amplo espaço compreendendo a surdez como deficiência auditiva, que deveria ser tratada e curada. (SANTOS;TELES, 2012:p.79).

Os ventos começam a mudar quando, em 1960, o linguista americano William Stokoe publicou estudos que consideravam a Língua de Sinais Americana (ASL) com o mesmo status linguístico, características e regras da língua oral, causando um grande impacto para novas as pesquisas nos Estados Unidos e Europa (PEDREIRA, 2006,p.61).

Nesse sentido, surgem novas abordagens na educação de surdos: a comunicação total e o bilinguismo.

Na década de 70, nos EUA, a Comunicação Total apresenta-se como uma nova filosofia que preconiza o uso de qualquer forma de comunicação com os surdos como a fala, gestos naturais, mímicas, língua de sinais e alfabeto digital. Embora, considerada um avanço em relação à visão clínica dos métodos orais, “tal perspectiva não garantia às crianças uma língua uma vez que elas utilizavam concomitantemente a língua de sinais e a língua oral”. (PEDREIRA, 2006 p.62).

O reconhecimento da Língua de Sinais, a partir dos estudos de William Stokoe, abriu espaço para o desenvolvimento da educação bilíngue para surdos. (Id.,2006:p.62).

Em oposição ao modelo clínico-terapêutico, o bilinguismo introduz o modelo socioantropológico da surdez (SKLIAR, 1997).

Nessa concepção,

O surdo passa a ser visto como um indivíduo diferente, que tem uma língua, a Língua de Sinais, considerada a sua primeira língua, assim entendida não pelo momento de sua aquisição, mas pelo fato de ser adquirida de forma espontânea junto a seus pares. Além da função comunicativa, o domínio de uma primeira língua serve de base para o aprendizado de outra língua e estruturação do pensamento, como ocorre com as pessoas ouvintes. A segunda língua é a língua dominante da comunidade em que a pessoa surda

está inserida, deve ser ensinada, após o indivíduo ter adquirido competência linguística na língua que lhe permite interagir livremente. (PEDREIRA, 2006, p. 62).

O primeiro país a implantar a educação bilíngue para surdos foi a Suécia, em 1981. (BERGMAN; LOUREIRO **apud** PEDREIRA, 2006: p.63).

No Brasil, a chegada do bilinguismo coincidiu com a introdução da política de educação inclusiva, na década de 90. (OLIVEIRA 2001: p.6 **apud** MESERLIAN; VITALIANO 2009: p.3745).

Nesse contexto, segundo Pedreira (2006), apesar de avanços no reconhecimento da língua de sinais, a educação bilíngue para surdos vem se desenvolvendo de forma incipiente, a partir da introdução de intérpretes de LIBRAS e/ou educadores surdos, responsáveis pela mediação nas relações entre surdos/as e ouvintes na escola.

2.2 Movimentos Sociais Surdos e a Luta por Direitos

Como referido anteriormente, com base em Monteiro (2006), o INES exerceu um papel fundamental no processo de constituição e divulgação da Língua de Sinais Brasileira por seus alunos e ex-alunos em todo o país. O mesmo é possível afirmar em relação à criação de entidades representativas e na organização dos movimentos surdos. (BARBOSA, 2007; MONTEIRO, 2006).

Segundo essa autora, foi no INES que, por iniciativa de ex-alunos, foi fundada a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos, em 1930, e com o apoio da professora Ivete Vasconcelos, foi criada, em 1953, a Congregação de Surdos do Rio de Janeiro, atual Associação Alvorada. (BARBOSA, 2007; MONTEIRO, 2006).

No contexto da luta pela redemocratização do Brasil, em 1987, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS. Instituição filantrópica sem fins lucrativos, filiada à Federação Mundial de Surdos, que desenvolve atividades política e educacional, em prol dos direitos dos surdos do Brasil. (FENEIS, 2009).

Atualmente existem no Brasil uma Confederação Brasileira de Surdos, criada em 2004, oito Federações e noventa e cinco associações de Surdos que enfrentam o desafio de contribuir para a “preservação da Língua de Sinais, da identidade cultural surda e, conseqüentemente para o fortalecimento da luta pelos direitos dos Surdos”. (MONTEIRO, 2006, p.297).

Na década de 90, houve uma grande participação dos movimentos sociais dos surdos em fóruns, debates, comissões e conferências junto às organizações governamentais e não governamentais pelo reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira, pelo direito à informação, pela presença de intérprete de Libras nas universidades e em espaços públicos, legendas nos programas de televisão, telefones para surdos, criação de escolas para surdos e acesso ao mercado de trabalho. (PEDREIRA, 2006:p.86).

Na contramão da educação inclusiva, os movimentos surdos reivindicavam a criação

de escolas bilingues. Numa perspectiva bilingue, a escola assume um papel central na aquisição da língua de sinais como primeira língua, visto que a maioria das crianças surdas provêm de lares ouvintes. (MONTEIRO, 2006:p.300).

Finalmente, fruto de muitas lutas, em 24 de abril de 2002, foi promulgada a lei 10.436 que reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais como a língua própria da comunidade surda. (Id.,2006:p.300).

Em 2005, o decreto 5.626 regulamentou a Lei 10.436, dispondo sobre a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia, sobre a formação do professor e do instrutor de Libras, do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso às pessoas surdas à educação e sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa. (Ibid:p.300).

Em, 2010, foi aprovada a lei no 12.319, que reconhece a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais. (Id.,2006:p.300).

Um acontecimento recente que demonstra o protagonismo do movimento surdo foi a inclusão no item 4.7 da meta 4 do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, da garantia de oferta de educação bilingue, em escolas e classes bilíngues, a alunos surdos e com deficiência auditiva de zero dezessete anos, tendo a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua. (BRASIL, 2014: p.03/meta 4 item 4.7).

2.3 Surdez, Direito à Informação e à Educação: uma aproximação necessária

Complementando as bases teóricas desse estudo, apresenta-se o conceito de direitos humanos, que por muitas vezes é considerado um discurso vazio, distante da realidade e das práticas sociais.

Destaca-se também os principais documentos no Brasil e no mundo relativo aos direitos das pessoas surdas à educação e à informação.

Com base em Sorondo (1995), os direitos humanos são entendidos sob dois aspectos: como um sistema de valores que constituem um ideal comum para todos os povos e todas as nações e por sua dimensão histórica. Nesse sentido, os sistemas de valores são frutos da ação humana, acompanham e refletem as transformações sociais e acolhem o clamor de justiça dos povos. (SORONDO, 1995).

Portanto, os direitos humanos são construções históricas. Não são estáticos, mudam de acordo com as lutas e disputas sociais ao longo da História. (SORONDO, 1988).

Outra característica dos direitos humanos é a interconexão, a indivisibilidade e a indissociabilidade entre eles. Os direitos humanos, não podem ser vistos isoladamente. Estão organicamente relacionados, de tal forma que se integram e se realizam num movimento de interdependência. (TOSI, 2013: 115p.).

Desse modo, embora essa pesquisa tenha buscado investigar o acesso à informação sobre os direitos humanos em uma determinada comunidade surda, faz-se necessário

apontar os marcos legais do direito à educação para esse grupo, considerando a relação intrínseca entre eles. É inegável o papel da educação como elemento fundamental para possibilitar o acesso à informação e o conhecimento. (BRASIL, 2014: p.03/meta 4 item 4.7)

Feitas essas considerações iniciais, aponta-se alguns documentos que fundamentam a defesa e a proteção dos direitos humanos nos níveis internacional e nacional.

O primeiro deles é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Apesar de muitos duvidarem de sua eficácia, ela é “a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido e essa prova é o consenso geral acerca da sua validade” (BOBBIO, 2004, p.26).

Promulgada em 10 de dezembro de 1948, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, num mundo recém-saído dos horrores da II Guerra Mundial e sob as tensões da Guerra Fria. (MANUAL DE DIREITOS HUMANOS..., 2011: p.15).

Nesse sentido, é considerada um marco ético e político, quando, em seu primeiro artigo, afirma que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. (UNESCO, 1998:, p.1).

Tendo essa afirmativa como horizonte de sentido, a DUDH é constituída por 30 artigos, que tratam dos direitos individuais, sociais e culturais da humanidade. (**ibid**, 1998:, p.1).

E relação ao direito à informação e à opinião, entendido como um direito individual fundamental para o exercício da cidadania, o artigo XIX reza que:

“Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. (UNESCO, 1998, p.4).

No tocante à educação, o artigo XXVI, da DUDH preconiza que toda a pessoa tem direito à educação e que a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana, das liberdades fundamentais e favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos. (**ibid.**, 1998:, p.5).

Em relação à educação de pessoas com deficiência é importante desatacar a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, em 1994. Sob o patrocínio do Ministério da Educação Ciência e Tecnologia da Espanha e da UNESCO, esta conferência aprovou a Declaração de Salamanca, que introduz o conceito de educação inclusiva no cenário internacional, ao afirmar que: “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p.06).

Em relação às pessoas surdas a linha de ação 21 da referida declaração reconhece a importância da língua de sinais, recomendando que “todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos”. (**ibid.**, 1994:, p.18).

Ainda no plano internacional, merece destaque a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada na ONU em 2006. Marco histórico e instrumento legal no reconhecimento dos direitos à reabilitação e habilitação, educação, saúde, acesso à informação, serviços públicos entre outros. (BRASIL, 2007,47p.).

O artigo 21, relativo à liberdade de expressão, de opinião e acesso à informação, declara que os Estados deverão assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha. (Ibid, 2007:.,p.26).

Em relação aos surdos, os itens b e d do referido artigo indicam a necessidade de reconhecer e promover o uso da língua de sinais como forma de facilitar e tornar acessível a comunicação. (Id., 2007:.,p.26).

Do mesmo modo, o artigo 24, sobre o direito à educação, preconiza a facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda. (Ibid, 2007:.,p.28).

Embora a Declaração Universal, pactos e outros acordos internacionais não tenham força de lei, suas recomendações subsidiam e orientam a legislação dos países signatários.

Nesse sentido, a Constituição Federal do Brasil de 1988 no artigo 5º, sobre o direito à informação afirma que:

“É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal”. (BRASIL, 1988:, 455.p).

No que se refere ao direito à educação, o artigo 205 da Constituição assegura que a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988:, 455.p).

Cabe lembrar ainda, além da oficialização da Libras e de sua regulamentação, mencionadas na seção anterior, no tocante ao direito à informação, a luta da comunidade surda pela aprovação do Projeto de Lei 3979/00, ainda em discussão no Congresso, que obriga às emissoras de televisão colocarem legenda oculta (*closed caption*) em sua programação. (BRASIL, 2000).

3 | METODOLOGIA E CONTEXTO DE PESQUISA

Tendo em vista a natureza e os limites desse trabalho, foi realizado um questionário fechado e dicotômico como instrumento de pesquisa.

Segundo Sanches (2010), a construção do questionário deve traduzir os objetivos da pesquisa com perguntas claras e objetivas. Em relação às questões fechadas e dicotômicas, em que o informante escolhe a resposta entre duas opções, a autora assinala que, embora esse modelo restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação com respostas mais objetivas. (SANCHES, 2010).

A opção pela aplicação de um questionário dicotômico do tipo “sim” e “não” sem a alternativa “não sei”, foi assumida, nesse trabalho, para evitar a obtenção de respostas evasivas. No entanto, cabe destacar o risco sempre presente, nesse tipo de instrumento, de obter respostas enganadoras.

Inicialmente, a pesquisa foi pensada para ser feita numa escola inclusiva do município de Uberaba, em Minas Gerais.

Embora tenha obtido a autorização do diretor e o apoio das intérpretes, os alunos surdos recusaram-se a participar da pesquisa alegando dificuldades de leitura das perguntas, mesmo com a presença do intérprete.

Apesar de todos os esforços, não foi possível vencer as resistências dos surdos.

Diante desse impasse, buscou-se outro contexto de pesquisa, à Associação de Surdos de Uberaba (ASU).

Acolhida nesse novo cenário por duas secretárias ouvintes, com conhecimento básico de Libras, e uma secretária surda, com bom domínio escrito da língua portuguesa, aproveitando uma data festiva próxima foi marcado um encontro com a comunidade surda.

No dia marcado, apresentei, a um grupo escolhido aleatoriamente, os objetivos da pesquisa e a garantia do anonimato dos participantes.

Voluntariamente 11 surdos manifestaram desejo de participar, sendo seis do sexo feminino e cinco do sexo masculino. As idades variavam entre vinte a setenta e cinco anos.

Durante a aplicação do questionário a comunicação foi facilitada pelo fato da pesquisadora ter um domínio básico de Libras e pela colaboração de uma surda na tradução do questionário e do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), assinado por todos.

A tabela, a seguir, sintetiza o perfil dos/as participantes desta pesquisa.

Participantes	Idade	Sexo	Formação	Profissão
P1	75	M	Ensino Fundamental (1º ao 5 ano)	Aposentado
P2	64	M	Ensino Médio	Aposentado
P3	49	M	Ensino Médio	Cozinheiro
P4	29	M	Superior	Design
P5	29	M	Ensino Fundamental	Produção de Plástico
P6	61	F	Ensino Médio	Dona de casa
P7	44	F	Ensino Fundamental	Arquivista
P8	40	F	Ensino Médio	Empacotador
P9	24	F	Superior incompleto	Não trabalha
P10	22	F	Ensino Médio	Triagem do Correio
P11	20	F	Ensino Médio	Não respondeu

Fonte: arquivo pessoal.

3.1 Resultados e Discussões

Nesse espaço, com base no referencial teórico apresentado nos capítulos 1 e 2, analisou-se as respostas dadas a cada uma das cinco perguntas do questionário que de forma bastante simplificada buscou captar o acesso à informação sobre os direitos humanos no contexto pesquisado.

A opção pela realização de um questionário desse tipo deveu-se à natureza desse trabalho e aos entraves encontrados na escola inclusiva diante a resistência dos alunos à leitura e à escrita do Português.

A tabela, abaixo, sintetiza as perguntas e as respostas dos participantes.

Perguntas	Sim	Não
1- Você sabe o que são Direitos Humanos?	P1,P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11	-
2- Você conhece algum material (livro, cartilha, constituição, manual, vídeo) com informações sobre os direitos humanos?	P1;P3;P4;P6;P8; P9;P10	P2;P5;P7;P11
3- Alguma vez você teve alguma informação sobre os direitos das pessoas surdas?	P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11.	-
4-Você encontra informações sobre os seus direitos quando você precisa?	P1; P2;P3;P4;P5;P6;P7;P8;P9;P10;	P11
5-Você acha que a escola deve ensinar os direitos humanos para os alunos?	P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11.	-

Fonte: arquivo pessoal.

Num primeiro momento, a unanimidade de respostas sim às perguntas 1 e 3 e a quase totalidade na questão 4, contrastam com a situação de fragilidade e precariedade do exercício da cidadania e de respeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, marcada historicamente pela desigualdade e por processos de exclusão social. (SORONDO, 1995).

No entanto, ao considerar o papel preponderante das associações de surdos nas lutas por direitos e na afirmação da identidade e da cultura surdas, como apresentado na seção 1.2, no capítulo 1, é possível compreender a presença significativa de respostas “sim” em relação ao conhecimento da expressão direito humano e à obtenção de algum tipo de informação e de acesso sobre o direito das pessoas surdas. (SORONDO, 1995).

Outro fator que, talvez, tenha colaborado para a positividade das respostas nas questões 1, 3 e 4 pode ser atribuído ao fato da maioria dos surdos pesquisados terem domínio de Libras e desempenho significativo em Língua Portuguesa. (SÁ, 1999).

Considerando a importância da linguagem e da interação no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos indivíduos (VYGOTSKY, 1991), é possível afirmar que a língua de sinais, adquirida sem impedimentos pelos surdos é o suporte linguístico que cumpre essa função para a comunidade surda, como referenciada no capítulo 1.

Segundo Sá (1999, p.170), por se constituir como a via linguística de fácil acesso, a língua de sinais desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global do indivíduo surdo e como elemento facilitador para o aprendizado da língua portuguesa nas modalidades escrita e oral. (SÁ, 1999).

Com base em depoimentos de surdos, essa mesma autora afirma que o domínio da língua de sinais, como qualquer língua, possibilita de forma natural e significativa a construção de conhecimentos, a organização de funções mentais, a abstração de conceitos e, conseqüentemente, a produção de argumentos e de questionamentos. (*Ibid.*, 1999:,p.170).

Pereira (2014, p.148) também colabora para esse argumento quando afirma:

“Assim como os ouvintes, que têm a Língua Portuguesa como primeira língua e nela se baseiam no aprendizado de outras línguas, os alunos surdos vão recorrer ao seu conhecimento da Língua Brasileira de Sinais no aprendizado da Língua Portuguesa, sua segunda língua. Em outras palavras, o conhecimento de mundo e de língua elaborado na Língua Brasileira de Sinais permitirá que os alunos surdos vivenciem práticas sociais que envolvem a escrita e, deste modo, constituam o conhecimento da Língua Portuguesa”.

Ainda em relação aos resultados obtidos nas questões 1, 3 e 4, cabe destacar o nível de escolaridade dos sujeitos dessa pesquisa. O fato de a maioria ter concluído o Ensino Médio, dois com acesso ao ensino superior, também pode ser apontado como um fator que contribuiu para a positividade das respostas, tendo em vista a relação intrínseca entre direito à educação e à informação, apontada nas bases teóricas apresentadas.

No entanto, a despeito dessa situação, quando perguntados se conheciam algum material (livro, cartilha, constituição, manual, vídeo) com informações sobre os direitos

humanos, foi possível perceber que embora sete participantes tenham respondido sim, quatro responderam não. Tal resultado denota a dificuldade de acesso à informação sobre os direitos humanos e de cidadania, observado, em geral, na sociedade brasileira.

Por último, é relevante destacar o fato de todos concordarem com a ideia de que a escola deve ensinar sobre os direitos humanos. (SORONDO, 1995).

Esse resultado reforça a tese de que a educação como um direito humano é também um meio indispensável para a realização de outros direitos. Tal como preconizado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2006, p. 7) “ a educação ganha, portanto, maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos”.

Nesse sentido, há que se reafirmar a importância da escola para as crianças e jovens surdos. Como dito anteriormente, em sua maioria provenientes de famílias ouvintes, é na escola que os surdos e seus familiares têm a oportunidade de adquirir a língua de sinais, a língua portuguesa e acesso às informações e ao conhecimento. (ZIESMANN, 2018).

Com base nessa premissa, é possível compreender a luta da comunidade surda em defesa da escola bilíngue para surdos como um fator importante para o acesso à informação e ao conhecimento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo os limites dessa pesquisa em função de sua natureza, os resultados apontados nesse estudo indicam a importância da educação bilíngue e o papel da associação de surdos para o desenvolvimento cognitivo, social e político da pessoa surda.

Finaliza-se considerando dois encaminhamentos suscitados nessa pesquisa que podem contribuir para a elucidação sobre o acesso à informação em direitos humanos.

O primeiro aponta para o potencial das novas tecnologias de informação e de comunicação disponíveis e de custo mais acessível. É possível perceber a apropriação dessas ferramentas, de materiais e métodos pelos sujeitos surdos para circulação de informações em Libras e em Português escrito.

O segundo, diz respeito à incorporação do tema dos direitos humanos como uma política pública do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, aprovado em 2006 e o acesso à informação proporcionado pelos dirigentes dos movimentos sociais surdos e das associações.

De acordo com Paulo Freire (1989) “ a leitura do mundo precede à leitura da palavra”, considera-se que o fato dos sujeitos dessa pesquisa serem usuários de uma língua, no caso, a LIBRAS, que os permite significar e atribuir sentido ao mundo, comunicar livremente ideias, sentimentos e informações, que facilita a aprendizagem da Língua Portuguesa como uma segunda língua, justifica a quase unanimidade de respostas sim às questões relativas ao acesso e conhecimento dos direitos humanos. (BRASIL, 2002; FREIRE, 1989).

E entendendo-se que o acesso à informação é um direito primordial para o exercício da cidadania e o acesso ao conhecimento, em especial para as pessoas surdas, espera-se que o aprofundamento das questões apontadas nessa pesquisa possa contribuir para que a inclusão não seja apenas uma forma de integração dos surdos à sociedade ouvinte. Mas, que compreenda suas necessidades como cidadãos fazendo prevalecer seus direitos, além de dignificar a relevância dos movimentos sociais para a conquista de direitos e benefícios previstos na legislação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais n^{os} 1/1992 a 86/2015, pelo Decreto legislativo n^o 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n^{os} 1 a 6/1994. 43. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 455p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261>. Acesso em: 15.mar.2019.

BRASIL. **Decreto n^o 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15.mar.2019.

BRASIL. Decreto n^o 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 02. mar. 2019.

BRASIL. Lei n^o 10.436, de 22 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 02.mar. 2019.

BRASIL. Lei n^o 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 02 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 02.mar. 2019.

BRASIL. Lei n^o 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 02.mar.2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos, Brasília**: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 20.mai.2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05.jul.2019.

BRASIL. Projeto de Lei 3979/00. Dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 13 Dez.2000. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1606355. Acesso em 20. mai.2019.

RESENDE, A.P.C; Vital, F.M.P. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. p. : 21 cm. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/A%20Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Deficiencia%20Comentada.pdf>. Acesso em: 01 Abr.2019

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf. Acesso em: 22.mar.2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. **Cartilha Dia Nacional dos Surdos**. [S.i...s.n.], 2009, 23 p.il. Disponível em: <http://www.libras.com.br/>. Acesso em: 05. Jul.2019.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf>. Acesso em: 07.mai.2019

FREIRE, Paulo. 2ª ed. **A importância do ato de ler**. São Paulo, Ed. Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 10.set.2015.

JANNUZZI, G.S.M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2º Ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a17.pdf>. Acesso em: 05.fev.2015

LUBISCO, N.M; Vieira, S.C. **Manual de estilo acadêmico: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5a edição. Salvador: EDUFBA, 2013. 145 p. ; il. Disponível em: <http://www.belasartes.ufba.br/wp-content/uploads/2016/05/manual-de-estilo-academico-2013-Repositoryo2.pdf>. 05.jul.2019.

LAGE, R. Acesso à informação: um direito também dos surdos. [S.l.: s.n.]. **Observatório da Imprensa, caderno da cidadania**, 2007. Ano 18, nº 842, ISSN 1519-7670. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/um-direito-tambem-dos-surdos/>. Acesso em: 25.mai.2019.

MESERLIAN, K.T; VITALIANO, C. R. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos Surdos. In: IX Congresso Nacional de Educação-Educere, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2009. p.3737-3750. Disponível em: http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/322905/mod_resource/content/1/TEXT0%20II.pdf. Acesso em 01 Mar.2019.

MONTEIRO, M.S. História dos Movimentos dos Surdos e o Reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10178/ssoar-etd-2006-2-monteiro-historia_dos_movimentos_dos_surdos.pdf?sequence=1. Acesso em 09.Jul.2019

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. Coleção Manual de Direitos Humanos. **Direito Humano à Educação** – 2ª ed., Nov.2011, 87p. Disponível em: https://seguro.mprj.mp.br/documents/10227/14586286/Cartilha_Direito_Humano_a_Educacao_2011.pdf. Acesso em: 09 Jun. 2019

PEDREIRA, S.M.F; “**Porque a palavra não adianta**”: um estudo das relações entre surdos/as e ouvintes em uma escola inclusiva na perspectiva intercultural. 205f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9041/9041_1.PDF. Acesso em: 09.jul.2019.

PEREIRA, M.C.C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR; Edição Especial, n. 2, p.143-157, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/11.pdf>. Acesso em 10. jul.2019.

SÁ, N. R. L. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: Ed. UFF, 1999.

SANCHES, S. **Instrumentos de pesquisa qualitativa**. [S.l.: s.n.] .25 Out. 2010, 25 Slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/queenbianca/pesquisa-qualitativa-5560475>. Acesso em: 15. Jun.2019.

SORONDO, F. **Os direitos humanos através da História**. [S.l.: s.n.], 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/mundo/sorondo/sorondo2.htm>. Acesso em: 09.jul.2019.

TOSI, G. **O significado e as consequências da Declaração Universal de 1948**. [S.l.: s.n.], 2013:, 115p. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/redhbrasil/wp-content/uploads/2014/04/O-SIGNIFICADO-E-AS-CONSEQU%C3%84NCIAS-DA-DECLARA%C3%87%C3%83O-UNIVERSAL-DE-1948.pdf>. Acesso em: 09.jul.2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. [S.i...s.n.], 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 10 mar.2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Ministério da Educação. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994:, 49p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15. Abr.2019.

YIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>. Acesso em: 09.jul.2019.

ZIESMANN, C. I et al. **Famílias sem Libras: até quando?** Santa Maria: Editor e Gráfico Curso Caxias, 2018. Arquivo pessoal.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 190, 210, 212, 213, 217, 218, 219

Afetividade 98, 145, 148, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Análise de textos 44

Aplicativo móvel 134, 138

Aprendizado ativo 197

Aprendizagem baseada em projetos 197, 199, 202, 204

Atividade de aprendizagem 205, 206, 207, 208

Autorregulação da aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16

Avaliação 1, 2, 4, 5, 28, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 70, 74, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 138, 143, 154, 164, 172, 174, 195, 196, 200, 202, 204, 205, 206, 209, 220, 241

Avaliação em larga escala 46, 110, 111, 112, 115, 120, 121

C

Celular 62, 97, 128, 142, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 205, 207, 208

Cidadania 29, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 50, 65, 77, 82, 103, 146, 151, 154, 192, 196

Competências 4, 5, 15, 17, 45, 48, 49, 103, 113, 114, 115, 145, 146, 147, 148, 164, 189, 190, 191, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Configuración electrónica 84, 87, 89, 91, 92

Conhecimentos 1, 2, 4, 21, 27, 39, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 112, 114, 129, 136, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 159, 160, 161, 163, 164, 181, 189, 193, 195, 198, 199, 205, 208, 211, 214, 221, 222, 223, 227, 235, 239, 246

Constituição 33, 36, 38, 39, 41, 75, 76, 77, 80, 82, 113, 212, 217, 219, 240

Conteúdos biológicos 205, 206, 209

Coronavírus 94, 95, 99, 100, 145, 146, 148

Correção 44, 46, 48, 51, 52, 53, 79, 177, 223

D

Diagrama energético 84, 87, 88, 91, 92

Diálogo 21, 24, 25, 26, 47, 102, 122, 124, 126, 128, 130, 131, 132, 152, 161, 179, 211, 214, 216, 218, 219

Direitos humanos 29, 30, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 78, 79, 80, 81, 231

E

Economia criativa 230, 231, 232, 233, 235, 236

Educação 2, 16, 17, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 143, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 170, 171, 172, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 200, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 220, 229, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 247, 248

Educação à distância 95

Educação de surdos 29, 30, 31, 32, 43

Educação física 79, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 192, 194

Educação profissional 102, 104, 106, 107, 108, 109, 230, 231

EJA 128, 189, 190, 191, 195, 196

Electrón diferencial 84, 87, 88, 90, 91, 92

Empreendedorismo 230, 231, 232, 235

Ensino 1, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 27, 28, 29, 31, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 95, 97, 99, 100, 101, 105, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 190, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 213, 220, 221, 222, 223, 228, 231, 234, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Ensino de física 134, 137

Ensino de matemática 18

Ensino híbrido 63, 220, 222, 223, 242

Ensino remoto 95, 97, 100, 145, 146, 147

Ensino superior 16, 39, 45, 52, 66, 72, 74, 75, 161, 185, 197, 198, 201, 204, 205, 238, 239, 246, 248

Estado 28, 36, 44, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 95, 98, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 133, 134, 137, 163, 198, 248

Estudantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 57, 61, 63, 80, 95, 96, 103, 122, 124, 126, 138, 142, 143, 164, 165, 174, 175, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 195, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 240, 243, 244, 245

Expoquímica 163, 164, 165, 166, 171

F

Formação de professores 1, 3, 15, 28, 75, 120, 210, 211, 213, 217, 248

Formação docente 3, 71, 109, 122, 123, 124, 127, 131, 132, 133, 171, 210, 238

G

Gênero 51, 158, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 231

Geografia 21, 22, 79, 115, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 192, 194, 195

Gestão 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 127, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 230, 232, 233, 234

K

Kits de robótica 18, 28

L

Ludicidade 163, 165, 176, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 248

M

Metodologia 6, 20, 37, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 102, 104, 110, 113, 115, 122, 127, 130, 134, 137, 138, 143, 149, 150, 177, 181, 183, 197, 199, 202, 223, 231, 237, 243

Metodologias ativas 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 164, 165, 171, 197, 204, 220, 222, 229, 232, 243, 246

Microscopia eletrônica 220, 223, 224, 227

Mídias digitais 149, 152, 153, 156, 161

Movimentos sociais surdos 29, 33, 40

Movimento uniformemente variado 220, 224, 227

N

Neoliberalismo 78, 81, 110, 112, 119, 120

Números cuánticos 84, 87, 88, 90, 91, 92

P

Pandemia 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 143, 145, 146, 147

Planejamento didático 205

Planejar 12, 15, 16, 69, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 131, 156, 186

Pluralidade 76, 189, 190, 192, 196, 217

Política educacional 66, 104, 109, 110, 111

Políticas públicas 75, 80, 97, 102, 105, 109, 112, 115, 118, 119, 121, 147, 210, 211

Práticas pedagógicas 28, 46, 58, 59, 60, 119, 120, 124, 133, 165, 170, 190, 197, 202

Processo de ensino-aprendizagem 48, 56, 59, 65, 147, 173, 175, 176, 187, 190, 240

Produção escrita 44, 46, 47

Professor 1, 3, 5, 12, 14, 23, 24, 27, 31, 34, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 79, 81, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 106, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 137, 142, 143, 146, 149, 156, 158, 165, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 191, 192, 193, 196, 198, 199, 205, 208, 213, 220, 222, 223, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248

Programação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 36, 42, 142

Prototipo didático 84, 85, 87, 93

Psicologia 2, 16, 79, 143, 148, 188, 210, 211, 213, 217, 218, 219, 242

R

Rotação por estações 220, 223, 224

S

Saberes discentes 149

Seres vivos 205, 206, 207, 208

Sexualidade 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Sustentabilidade 171, 201, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

T

Tabela periódica 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172

Tecnologia 16, 20, 23, 27, 28, 35, 58, 60, 61, 62, 70, 78, 94, 97, 102, 104, 134, 137, 143, 145, 147, 151, 152, 156, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 197, 198, 200, 203, 204, 220, 222, 224, 237, 238, 239, 241, 242, 245, 246, 247

Tecnologia da informação e comunicação (TIC) 173

Tecnologia digital da informação e comunicação 134

Tecnologias digitais 18, 23, 27, 28, 62, 68, 134, 135, 136, 137, 142, 179, 220

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 15, 23, 27, 30, 33, 36, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 117, 118, 119, 122, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 143, 146, 151, 153, 158, 159, 160, 161, 164, 173, 174, 178, 181, 185, 189, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 207, 210, 218, 222, 223, 225, 228, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 243, 244, 245

V

Valores 26, 34, 35, 50, 81, 88, 89, 118, 136, 138, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 182, 212, 226, 233, 239

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021